



REAL E BENEMÉRITA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA

C.N.P.J. nº 61.599.908/0001-58

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de Reais)

Balancos Patrimoniais				Demonstrações de Resultados			
Ativo	Nota	2015	2014	Passivo	Nota	2015	2014
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4.a	24.204	12.490	Fornecedores de materiais e medicamentos	9	82.280	83.646
Títulos e valores mobiliários	4.b	285.378	314.552	Financiamentos - FINIMP	10	14.098	10.480
Contas a receber	5	269.019	247.849	Obrigações trabalhistas e sociais	12	73.106	61.732
Estoques	6	25.832	21.168	Honorários e comissões médicas	13	27.964	28.372
Outros créditos	7	5.018	5.667	Impostos, taxas e contribuições a recolher	14	110.081	1.081
Despesas pagas antecipadamente		269	539	Financiamentos - BNDES	11	6.464	2.051
Total do circulante		609.720	602.265	Outras contas a pagar		13.409	18.673
Não circulante				Total do circulante		218.731	206.035
Realizável a longo prazo				Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	4.b	6.321	5.540	Financiamentos - FINIMP	10	22.984	24.173
Depósitos judiciais	15	11.814	10.931	Financiamentos - BNDES	11	61.865	39.576
Outros créditos		75	74	Provisão de contingência	15	46.610	43.052
Impostos a recuperar		-	5.409	Passivo atuarial	16	258.090	183.525
Total do não circulante		18.210	21.954	Centro de pesquisas		948	1.136
Total do ativo		1.423.261	1.357.831	Total do não circulante		390.497	291.462
				Patrimônio líquido			
				Patrimônio social		488.423	529.544
				Subsídios para investimentos e pesquisas		282	61
				Ajuste de avaliação patrimonial		325.328	330.729
				Total do patrimônio líquido		814.033	860.334
				Total do passivo e patrimônio líquido		1.423.261	1.357.831

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido					
Patrimônio líquido	Subvenção para	Ajuste de avaliação	Superávit		
social	investimentos e pesquisas	patrimonial	acumulado		
Saldo em 31 de dezembro de 2013	439.601	61	336.131	Total	775.793
Realização de reserva	-	-	(5.402)	-	-
Superávit do exercício	-	-	105	105	-
Transferência para patrimônio social	5.507	-	(5.507)	-	-
Outros resultados abrangentes					
Varição atuarial sobre obrigação com os associados	84.436	-	-	84.436	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	529.544	61	330.729	Total	860.334
Realização de reserva	-	-	(5.401)	-	-
Superávit do exercício	-	-	28.264	28.264	-
Transferência para patrimônio social	33.444	-	(33.444)	-	-
Constituição de reserva para subvenção	-	221	(221)	-	-
Outros resultados abrangentes					
Varição atuarial sobre obrigação com os associados (nota 16)	(74.565)	-	-	(74.565)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	488.423	282	325.328	Total	814.033

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional: A Real e Benemerita Associação Portuguesa de Beneficência ("Associação"), fundada em 02 de outubro de 1859, é uma associação civil de direito privado de caráter beneficente, social e científico, sem finalidade lucrativa, dotada de autonomia patrimonial, administrativa e financeira e conta três unidades hospitalares na cidade de São Paulo. A Associação tem por objeto o atendimento médico, cirúrgico, hospitalar e de exames complementares aos seus Associados e pacientes de todos os níveis econômicos e sociais, sem qualquer tipo de distinção e na condição de entidade beneficente e filantrópica, a manter leitos e serviços hospitalares para uso público. Considerada entidade de utilidade pública, é beneficiada com isenções de taxas e impostos federais, estaduais e municipais sendo mantenedora da escola de técnico em enfermagem e de atendimento gratuito. **2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho Fiscal da Associação em 17 de março de 2016. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos no balanço patrimonial: • os instrumentos financeiros não derivativos mensurados a valor justo por meio do resultado; e • o passivo atuarial mensurado ao valor presente. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real e foram arredondadas para mil reais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Associação e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **e. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a partir de 31 de dezembro de 2015 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 5 - provisão para devedores duvidosos; • Nota explicativa 8 - valor residual do ativo imobilizado; • Nota explicativa 15 - provisão para contingência; e • Nota explicativa 16 - provisão atuarial. **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Sociedade requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Associação. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Associação usou dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 24 - instrumentos financeiros. **3. Principais práticas contábeis:** As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Associação em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional da Associação pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. **b. Contas a receber:** As contas a receber de pacientes e convênios são registradas pelo valor produzido, ou seja tendo como base a etapa de execução dos serviços até a data-base do balanço, compreendendo parcelas já faturadas e outras pelos serviços prestados a faturar. A conta de valores a faturar refere-se aos serviços já prestados junto a operadoras de serviços, amparados por relação contratual, que aguardam cronograma de emissão de fatura e envio. A provisão para créditos com liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. **c. Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor valor e correspondem aos itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados junto aos pacientes atendidos no hospital. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio, sendo avaliado com base no custo histórico de aquisição e acrescido de gastos relativos a transportes. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. A Associação possui procedimento para análise periódica do custo e do valor realizável líquido dos estoques, bem como realiza controle rotineiro da validade dos medicamentos excluindo e baixando-o do estoque. **d. Depósitos judiciais:** Existem situações em que a Associação questiona a legitimidade de determinados passivos e ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo e são apresentados pelos valores originais no realizável a longo prazo no montante de R\$ 11.814 e para aqueles processos em que os depósitos judiciais possuem uma respectiva provisão para contingência registrada no passivo não

circulante, em virtude de ser avaliado com o risco de perda provável pelos assessores jurídicos da Associação, estes são apresentados deduzindo da respectiva provisão no montante de R\$ 7.229, e. **Imobilizado:** Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido de depreciação e amortização acumulada, quando necessárias. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Associação inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Um item de imobilizado é avaliado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso devido à sua obsolescência. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. **Custos subsequentes:** Itens do custo de reposição de um componente do imobilizado são reconhecidos no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Associação e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Depreciação:** A depreciação é calculada pelo método linear sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ao longo de sua vida útil estimada. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e comparativas são as seguintes, por quantidade de anos: 60 Edificações/benfeitorias; 10 Aparelhos, instrumentos médicos e cirúrgicos; 20 Móveis, máquinas e utensílios, colchões roupas similares; 60 Imóveis; 20 Instalações; 5 Equipamentos de informática; 2 Biblioteca; 2 Veículos. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento do exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **f. Redução ao valor recuperável:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Os ativos não financeiros têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Administração da Associação não identificou nenhum indicativo que justificasse a constituição de uma provisão sobre seus ativos. **g. Obrigações trabalhistas:** Contempla as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos que é constituída com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço. **h. Benefícios a funcionários:** A Associação não possui planos de pensão, ou obrigações pós-aposentadoria e também não possui plano de remuneração com base em participação nos resultados. **i. Provisão atuarial:** A Associação possui obrigações futuras assumidas com seus associados, previsto em Estatuto Social, de atendimento médico hospitalar gratuito vitalício no Hospital São Joaquim. A cada encerramento do exercício, a obrigação presente assumida é calculada a valor presente, com base nas regras determinadas no CPC 33 R1, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo obtidos os resultados em consonância com critérios atuariais. **j. Financiamentos:** Os financiamentos são reconhecidos pelo valor justo, no recebimento dos recursos líquidos dos custos de transação, em seguida são apresentados pelo custo amortizado, isto é, líquido dos pagamentos realizados, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período ocorrido (pro rate temporis). **k. Outros ativos circulantes e não circulantes:** Os ativos de aquisição ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço. **l. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Associação é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **m. Outras provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Associação tem uma obrigação presente legal ou implica como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. **n. Ajuste de valor presente:** Ativo e passivo financeiro são avaliados de acordo com o CPC 12 - Ajuste a valor presente, analisou suas contas de ativos e passivos de curtos e longos prazos, com relação a valores realizáveis no futuro, prazos de liquidação, vencimento e possíveis taxas de desconto e verificou que qualquer ajuste a valor presente

continua ->

* continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na quitação das obrigações de curto prazo.

Títulos e valores mobiliários: Os títulos e valores mobiliários referem-se aos recursos aplicados em instituições financeiras de primeira linha, estando tais recursos classificados fora do grupo de caixa e equivalentes de caixa em função de não fazerem parte da gestão do dia a dia da Associação.

(iii) Passivos financeiros não derivativos: A Associação reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Associação tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos junto a instituições financeiras, fornecedores, honorários e comissões médicas e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(iv) Instrumentos financeiros derivativos:** A Associação não possuía em 31 de dezembro de 2015 e 2014 nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos incluindo operações de hedge, r. Novas normas e interpretações ainda não adotadas: Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Associação estão mencionadas abaixo. A Associação não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros): A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novas regras sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

4. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários:

a. Caixa e equivalentes de caixa:

	2015	2014
Caixas e bancos	1.147	2.187
Aplicações financeiras	23.057	10.303
	24.204	12.490

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a depósitos bancários e letras de arrendamento mercantil, remuneradas à taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com rendimento entre 94% e 101% do CDI (97% a 101% do CDI).

b. Títulos e valores mobiliários:

	Remuneração	2015	2014
Letras financeiras	103,5% a 106,2% do CDI	65.501	224.475
Commissárias	100,5% a 106% do CDI	202.871	86.807
CDB	94% a 101,5% do CDI	7.579	6.334

	2015	2014	
Letras de arrendamento mercantil	101% a 103% do CDI	15.748	2.376
	291.699	320.092	
	285.378	314.552	

Circulante

	2015	2014
Não circulante	6.321	5.540

Os valores de títulos e valores mobiliários registrados no não circulante referem-se a Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) com vencimento previstos acima de 360 dias da data das demonstrações financeiras.

5. Contas a receber:

	2015	2014
Convênios	306.950	287.734
Pacientes particulares	47.630	33.412
Sistema único de saúde - SUS	21.572	18.977
Outros	9.831	8.803
	385.983	348.926
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(116.964)	(101.077)
	269.019	247.849

As contas a receber por vencimento apresentam-se da seguinte maneira:

	2015	2014
A vencer	209.036	187.682
Vencidos até 30 dias	27.329	12.160
Vencidos entre 31 e 180 dias	32.654	48.007
Vencidos há mais de 180 dias	116.964	101.077
	385.983	348.926

A provisão para créditos de liquidação duvidosa e glosas constituídas para cobrir eventuais perdas de contas a receber apresentam-se a seguinte movimentação:

	2015	2014
Saldo em 31/12/2013	(97.961)	(42.281)
(+) Novas provisões constituídas	(42.281)	9.857
(-) Reversão de provisão por aceite de glosas	9.857	29.308
Saldo em 31/12/2014	(101.077)	(37.310)
(+) Novas provisões constituídas	(37.310)	945
(-) Reversão de provisão por aceite de glosas	945	20.478
(-) Reversão por perda efetiva	20.478	(116.964)
Saldo em 31/12/2015	(116.964)	(101.077)

O cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa e glosas inclui a análise individual dos saldos em contas a receber, o montante vencido há mais de 180 dias para as operadoras de plano de saúde e para clientes particulares, os valores em cobrança judicial, bem como histórico de perdas dos saldos. A Associação constituiu a provisão para créditos de liquidação duvidosa para 100% das contas a receber vencidas há mais de 180 dias dos valores relativos aos títulos em abertos e não recebidos, bem como para os valores relativos aos serviços prestados a faturar com período superior a data estipulada em contrato e ainda não faturados às operadoras do plano de saúde e de auto-gestão. No ano de 2015 a Administração autorizou a baixa de R\$ 20.478 diretamente da conta de provisão para créditos de liquidação duvidosa, bem como do Contas a Receber, montante este relativo aos títulos em aberto até 31 de dezembro de 2013, os quais não foram recebidos até a data do balanço e a Administração entende não haver mais possibilidade de recebimento desses títulos.

6. Estoques:

	2015	2014
Almoxarifado - Depósito fechado	14.252	10.212
Farmácia	6.349	7.639
Almoxarifado geral	4.672	2.801
Almoxarifado - Outros	559	516
	25.832	21.168

7. Outros créditos - Curto prazo:

	2015	2014
Adiantamento a fornecedores	4.389	4.580
Reembolsos de consultórios - custos	497	1.019
Outros	132	68
	5.018	5.667

8. Imobilizado: As movimentações do custo e da depreciação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 estão demonstradas nos quadros abaixo:

	Saldos em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transf. rências	Saldos em 31/12/2015
Edificações/beneficentárias	505.446	515	-	21.847	527.808
Aparelhos, instrumentos médicos e cirúrgicos	148.387	588 (3.535)	7.430	152.870	
Móveis, máquinas e utensílios/colchões	50.308	686 (458)	3.200	53.736	
roupas similares	88.113	-	-	88.113	
Imóveis	29.094	6	-	78	29.178
Instalações					
Equipamentos de informática	12.996	325 (23)	1.015	14.313	
Terenos	4.890	-	-	4.890	
Biblioteca	775	-	-	775	
Veículos	339	-	-	72	411
Imobilizações em andamento e importações	81.730	82.645 (642)	(33.642)	130.991	
Total custo	922.078	84.765 (4.658)	-	1.002.185	

	Saldos em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transf. rências	Saldos em 31/12/2015
Depreciação Edificações/beneficentárias	(56.403)	(8.141)	-	-	(64.544)
Aparelhos, instrumentos médicos e cirúrgicos	(82.115)	(8.915)	1.944	-	(89.086)
Móveis, máquinas e utensílios/colchões	(25.172)	(1.684)	280	-	(26.576)
roupas similares	(9.383)	(1.461)	-	-	(10.844)
Imóveis	(7.376)	(246)	-	-	(7.622)
Instalações					
Equipamentos de informática	(13.246)	(789)	23	-	(14.012)
Biblioteca	(352)	-	-	-	(352)
Veículos	(275)	(49)	-	-	(324)
Total depreciação	(194.322)	(21.285)	2.247	-	(213.360)
Imobilizado líquido	727.756	63.480	(4.401)	-	786.835

	Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	Transf. rências	Saldos em 31/12/2014
Edificações/beneficentárias/jazigos	443.810	886 (36)	60.786	505.446	
Aparelhos, instrumentos médicos e cirúrgicos	131.671	392 (4.544)	20.868	148.387	
Móveis, máquinas e utensílios/colchões	49.086	851 (310)	681	50.308	
roupas similares	88.113	-	-	88.113	
Imóveis	26.187	222 (1)	2.686	29.094	
Instalações					
Equipamentos de informática	12.469	231 (6)	302	12.996	
Terenos	4.890	-	-	4.890	
Biblioteca	775	-	-	775	
Veículos	339	-	(26)	339	
Imobilizações em andamento e importações	98.336	70.816 (2.099)	(85.323)	81.730	
Total custo	855.702	73.398 (7.022)	-	922.078	

	Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	Transf. rências	Saldos em 31/12/2014
Depreciação Edificações/beneficentárias	(48.289)	(8.141)	-	-	(56.403)
Aparelhos, instrumentos médicos e cirúrgicos	(73.675)	(10.891)	2.451	-	(82.115)
Móveis, máquinas e utensílios/colchões	(23.380)	(1.930)	138	-	(25.172)
roupas similares	(7.891)	(1.492)	-	-	(9.383)
Imóveis	(7.211)	(165)	-	-	(7.376)
Instalações	(12.387)	(865)	6	-	(13.246)
Equipamentos de informática	(352)	-	-	-	(352)
Veículos	(275)	(44)	26	-	(275)
Total depreciação	(173.442)	(23.501)	2.621	-	(194.322)
Imobilizado líquido	682.260	49.897 (4.401)	-	-	727.756

Imobilizado em andamento: O saldo de R\$ 130.091 refere-se, substancialmente, aos gastos acumulados com obras, construções e benfeitorias, que ainda não se encontram concluídas e que serão transferidas para o imobilizado quando do início efetivo de utilização das áreas disponibilizadas, bem como valores desembolsados de despesas gerais para aquisição de equipamentos hospitalares, os quais se encontram em trânsito e/ou aguardando liberação alfandegária.

10. Financiamentos de materiais e medicamentos:

	2015	2014
Fornecedores nacionais	82.280	83.646
Os fornecedores por vencimento apresentam-se da seguinte maneira:		
Vencidos	2015	2014
A vencer até 30 dias	5.094	32.909
A vencer de 31 a 180 dias	36.979	24.446
A vencer há mais de 180 dias	4.441	19.126
	82.280	83.646

Referem-se às obrigações correntes com fornecedores de materiais e de medicamentos.

10. Financiamentos - FINIMP:

Banco	Garantia	Taxa a.a. (média)	Último Vencimento	2015	2014
Bradesco	Nota Promissória	2,43%	02/06/2017	762	1.487
Brasil	Sem Contra-Libor/Fixa	3,52%	19/09/2019	7.051	7.657
HSBC	Sem Contra-garantias	2,58%	05/01/2016	293	1.011
Safra	Nota Promissória	3,50%	17/02/2020	233.358	18.746
Santander	Sem Contra-garantias	2,28%	16/10/2020	5.618	5.752
				37.082	34.653
Curto prazo				14.098	10.480
Longo prazo				22.984	24.173
As parcelas de longo prazo têm vencimento como segue:					
2017				11.711	
2018				7.655	
2019				3.486	
2020				132	
Total				22.984	24.173

Os financiamentos são registrados pelo seu valor de aquisição atualizado pelas variações cambiais ou monetárias incorridas ao final de cada exercício. Não há cláusula de "Covenants" para os financiamentos Finimp.

11. Financiamentos - BNDES:

	2015	2014
Projeto expansão - Pronto atendimento e hemodiálise	739	1.738
Projeto expansão - Plano diretor	55.433	39.889
Projeto expansão - Hospital São José	12.157	-
	68.329	41.627
Curto prazo	6.664	2.051
Longo Prazo	61.865	39.576
As parcelas de longo prazo têm vencimento como segue:		
2017	5.807	
2018	6.837	
2019	6.837	
2020	6.837	
2021	6.837	
2022	6.837	
2023	5.899	
2025	1.200	
2026	1.100	
2027	1.100	
Total	61.865	

Projeto expansão Pronto Atendimento e Hemodiálise: A Associação em 2009 obteve financiamento através do BNDES para construção do seu projeto de expansão focado no Pronto Atendimento e nos serviços de hemodiálises, cujos projetos foram aprovados no montante de R\$ 12.464 e sendo financiado o total de R\$ 8.275, e o saldo em aberto em 31 de dezembro de 2015 R\$ 739, através do Banco Itaú. Para os financiamentos acima foram estabelecidas as condições: Itaú: Carência 12 meses, amortizações em 72 meses e custo médio ponderado de 7,97% a.a. Tendo sido concedido como garantia a cessão fiduciária de recebíveis de clientes e sem cláusulas de "Covenants". **Projeto expansão Plano Diretor:** Em 10 de setembro de 2013 a Associação obteve aprovação do BNDES no montante total de crédito de R\$ 60.641, destinado a modernização do Hospital São Joaquim e para atividade do Banco de Sangue, conforme decisão DIR 991/2013, através do Banco J Safra S.A. Até 31 de dezembro de 2015 a Associação possuía um saldo a pagar de R\$ 55.433, relativa ao crédito acima mencionado, com carência de 24 meses e amortização em 120 meses, juros de 9,98% a.a, tendo sido concedido como garantia a cessão fiduciária de recebíveis de clientes. Não há cláusula de "Covenants".

Projeto expansão Hospital São José: Em 02 de setembro de 2015 a Associação obteve aprovação do BNDES no montante total de crédito de R\$ 39.156, destinado a expansão do Hospital São José, conforme decisão DIR 529/2015, através do Banco J Safra S.A. Até 31 de dezembro de 2015 a Associação possuía um saldo a pagar de R\$ 12.157, relativa ao crédito acima mencionado, com carência de 24 meses e amortização em 120 meses, juros de T.J.P. + 3,00% a.a, tendo sido concedido como garantia a cessão fiduciária de recebíveis de clientes. Não há cláusula de "Covenants".

12. Obrigações trabalhistas e sociais:

	2015	2014
Provisão para férias	35.361	29.937
Salários a pagar	15.277	13.590
Benefícios de plano de saúde	3.777	5.741
Empréstimos consignados	5.435	3.458
FGTS a recolher	3.233	2.794
INSS a recolher	2.279	2.050
IRRF a recolher	6.561	1.691
Outros	4.093	2.471
	73.106	61.732

A Associação registra os custos e despesas referentes a Salários e Ordenados no regime de competência, e sua liquidação ocorre no quinto dia útil do mês subsequente. As "Provisões de Férias" estão integralmente registradas pela parte vencida e proporcionally do tempo exercecido, incluindo os seus respectivos encargos até a data do balanço. A Associação retém em folha pagamento, ou seja regime de competência, os valores referentes a "Empréstimos Consignados", tendo como responsabilidade o repasse para as Instituições Financeiras no décimo dia do mês subsequente.

13. Honorários e comissões médicas:

	2015	2014
Comissões médicas PJ	14.325	11.904
Honorários médicos PJ	10.599	7.518
Honorários médicos - Conta-Corrente	2.487	4.883
Honorários médicos PJ - SUS	453	3.497
Outros	100	570
	27.964	28.372

A Associação reconhece pelo regime de competência os valores devidos aos seus prestadores de serviços médicos e de honorários médicos até a data do balanço.

14. Impostos, taxas e contribuições a recolher:

	2015	2014
PIS COFINS CSLL a recolher	960	649
IRRF sobre serviços de terceiros	275	354
INSS a Recolher	106	73
ISS a Recolher	69	5
	1.410	1.081

Os valores registrados são referentes a impostos e taxas e contribuições referente a retenções de prestadores de serviços. **15. Provisão para contingências e depósitos judiciais:** a. Provisão para contingências: A Associação é parte envolvida em processos trabalhistas, civis e fiscais, e estão discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como

*** continuação**

credenciada pela Beneficência Portuguesa, para receberem o tratamento e assistência nas especialidades para as quais a Beneficência Portuguesa esteja aparelhada, até o dia em que o médico lhes der alta; dentre outros. A cada encerramento do exercício, a obrigação presente assumida foi calculada a valor presente, com base nas regras determinadas no CPC 33, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo obtidos os resultados em consonância com critérios atuariais, assim demonstrados:

	2015	2014
Valor presente das obrigações atuariais no início do período	(183.525)	(267.960)
Taxa de desconto atuarial do período anterior	12,75%	12,50%
(-) Custo de juros sobre a obrigação	(23.399)	(33.495)
(Perda) ganho atuarial do período	(51.166)	117.930
Eleito líquido reconhecido em resultado abrangente	(74.555)	84.435

Obrigação total no período (258.090) (183.525)

Para determinação dos valores em referência, a Associação contratou os atuários Actuarial Assessments e Consultoria Atuarial S/C Ltda. a qual adotou as seguintes premissas e parâmetros na emissão de seu relatório em 08 de fevereiro de 2016: (1) Número de associados expostos ao risco da Beneficência Portuguesa de São Paulo, por faixa etária e sexo nos anos de 2015 e 2014; (2) Bases técnicas e atuariais:

	2015	2014
Taxa de inflação	7,25%	6,25%
Taxa de juros (para o ano seguinte)	7,00%	6,50%
Taxa de desconto	3,00%	2,75%
Inflação médica	10,21%	9,69%
Tábua biométrica		
Mortalidade de válidos (i)	AT-2000	AT-2000
Entrada em invalidez	Não aplicável	Não aplicável
Mortalidade de inválidos	Não aplicável	Não aplicável
Método de capitalização	PUC	PUC
Rotatividade	Não aplicável	Não aplicável
Crescimento real dos custos médicos	Não aplicável	Não aplicável
Despesas administrativas	Não aplicável	Não aplicável
Taxa de correção das despesas (ii)	1	1
Aumento do custo por idade (aging factor)	Variável por idade e sexo	Variável por idade e sexo
Duration (anos)	10,80	12,56

(i) AT 2000 por sexo, suavizada em 10%; (ii) Para distribuir as despesas geradas pelos associados com situação catastrófica, diferente de "AT-Atualizado" pelos associados utilizados para efeito do cálculo, de tal forma que a despesa anual seja mantida; 2015, não atualizada.

17. Patrimônio líquido: Patrimônio social: Conforme estatuto social, a Associação deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais, não podendo, como consequência, não poderá distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou de participação no seu superávit. Dessa forma, o superávit do exercício é integralmente incorporado ao patrimônio social. **Ajuste de avaliação patrimonial (reavaliação de bens):** O ajuste de avaliação patrimonial foi constituída em decorrência da atribuição do "deemed cost" no momento da avaliação pela primeira vez das normas da CPC, da rubrica de imóveis do ativo imobilizado, com base em laudo de avaliação elaborado por consultoria especializada no exercício de 2010. A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra o superávit acumulado. Não foram constituídos o imposto de renda e a contribuição social diferidos em decorrência de a Real e Benemérita Associação Portuguesa de Beneficência possuir imunidade tributária.

18. Receita da atividade hospitalar:

	2015	2014
Pacientes convênios	809.535	702.888
Pacientes SUS	141.984	144.291
Pacientes particulares	93.134	77.796
Pacientes não pagantes	1.512	959
	1.046.165	925.934
Glossas sobre faturamento	(5.573)	(4.861)
Cancelamentos	(5.573)	(1.211)
	(11.146)	(6.072)
	1.040.592	920.952

19. Despesas com pessoal:

	2015	2014
Salários e ordenados	281.988	254.046
Provisões e encargos sociais	66.722	55.458
Benefícios sociais	52.813	47.512
Encargos sociais	35.565	34.028
Desenvolvimento de recursos humanos	2.581	1.245
	439.669	392.289

20. Energia, utilidades e comunicações:

	2015	2014
Água, Luz e Gás	20.944	15.420
Telefonia	849	634
Comunicação e Marketing	4.608	2.647
Outros	1.140	562
	27.542	19.352

21. Resultado financeiro:

	2015	2014
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	42.298	35.808
Outras receitas financeiras	825	2.390
	43.123	38.198
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(5.489)	(3.393)
Variáveis cambiais e monetárias líquidas	(14.022)	(5.370)
Descontos concedidos	(5.922)	(3.142)
Outras despesas financeiras	(785)	(645)
	(26.218)	(12.550)
	16.905	25.648

22. Assistência social - Atendimento ao SUS (Sistema Único de Saúde)
A instituição é signatária do acordo com o artigo 150, inciso VI, "c" da Constituição Federal do Brasil em razão de cumprir requisitos legais. Conforme portaria 1970 de 16 de agosto de 2011, o percentual mínimo de

Rubens Ermirio de Moraes
Diretor-Presidente

Denise Soares dos Santos
CEO

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

60% (sessenta por cento) de prestação de serviços ao SUS será apurado por cálculo percentual simples, com base no total de interações hospitalares, medidas por paciente-dia e no total de atendimentos ambulatoriais realizados aos pacientes do SUS e não SUS. A participação do componente ambulatorial SUS será de no máximo 10%. Em setembro de 2013 o Gestor Municipal do Estado de São Paulo, reconheceu através de declaração enviada ao Ministério da Saúde/DCEBAS que a Maternidade da Unidade Santo Antonio de Campinas reconheceu a Associação para usufruir de 1,5% na filantropia (linha estratégica da Portaria 1970/ Atenção Obstétrica e Neonatal). Portanto, para o cumprimento da Filantropia, se faz necessário o atendimento de 48,5% de paciente-dia e de atendimentos ambulatoriais, com vigência a partir de janeiro de 2013. Em 2015 o Gestor Municipal do Estado de São Paulo, também reconheceu através de declaração enviada ao Ministério da Saúde/DCEBAS que os

a. Atendimentos realizados - Quantidades:

Atendimentos 2015				Atendimentos 2014			
Total	Interação - Paciente-Dia		% SUS	Ambulatório - Quantidade Procedimentos		% SUS	
	SUS	Não SUS		SUS	Não SUS		
116.094	145.215	261.309	44,43%	614.362	1.312.953	1.927.315	31,88%

Em 2014 o percentual obtido de atendimentos via SUS foi de 61,48%, sendo 51,48% de paciente-dia e 10% de atendimento ambulatorial. No ano de 2015, o percentual obtido de atendimento via SUS foi de 54,43%, sendo 44,43% de paciente-dia e 10% de atendimento ambulatorial. Embora a Associação possa utilizar apenas 10% dos nossos atendimentos ambulatoriais, ressaltamos que em 2015 a Instituição realizou 614.362 atendimentos ambulatoriais aos usuários do SUS e 1.312.953 atendimentos para usuários não SUS, alcançando cerca de 31,88% (32,53% em 2014). **b. Cumprimento de Metas SUS:** A Associação em 2015 cumpriu com todas as metas qualitativas e quantitativas, conforme exigidas no contrato de contratualização firmado com o órgão regulador municipal do Estado de São Paulo, **c. Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social:** A Associação é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS renovado pela Portaria nº 1.306, de 18/12/2015, publicada no DOU em 22 de dezembro de 2015, com validade para o período de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2015. Em 13 de outubro de 2015 a Associação protocolou, tempestivamente, o pedido de renovação do CEBAS que se encontra em fase de análise na Unidade de Saúde. A certificação permanece válida até a data da decisão sobre o pedido de renovação por força do parágrafo § 2º do artigo 24, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social. O protocolo do requerimento de renovação é prova da validade da certificação até o julgamento do processo, conforme estabelecido o artigo 8º do Decreto nº 7.237, de 20/07/2010, que regulamentou a referida Lei. **23. Renda Fiscal:** Em atendimento à ITG 2002(R1) - Renda Fiscal sem finalidade de lucros, aprovada pelo Conselho de Administração nº 1.409/12 e alterada pela resolução 2015/ITG 2002(R1) em setembro de 2015, a Associação por julgamento, apresenta a seguir a relação dos tributos (impostos e contribuições) objetos de renúncia fiscal com as respectivas alíquotas incidentes: Incidentes sobre a receita tributáveis (ISS 2%, PIS 0,65%, COFINS 3%); Incidentes sobre a folha de pagamento (INSS patronal e SAT); Incidentes sobre o superávit do exercício (IR e CS 34%). Ressaltamos que tratam-se dos principais impostos e contribuições, em função da obrigação de não ter a obrigação de pagar estufamento fiscal, não escrituração do LALLUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos. **24. Instrumentos financeiros:** A Associação não possui operações financeiras com instrumentos financeiros, entretanto, poderá incorrer em riscos relativos a "Risco de crédito e Risco de liquidez". **Estrutura do gerenciamento de risco:** O gerenciamento de risco da Associação visa identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar os riscos e garantir a sua mitigação.

Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Associação caso um cliente ou contraparte ou de instituições financeiras depositárias de recursos de investimentos financeiros falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de convênios e SUS. Para mitigar esses riscos, a Associação adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus contrapartes, gerenciamento no processo de revisão prévia de glossas junto aos convênios médicos e consultoria profissional para perdas em créditos duvidosos, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto, para os valores a receber de convênios e particulares a Associação constitui provisão para perdas julgada suficiente para cobrir eventuais inadimplências, quanto ao conta a receber do SUS o risco é minimizado por tratar-se de contas a receber de órgãos públicos cujos valores e limites de repasses de recursos estão pré definidos em contrato. No que tange às instituições financeiras a Associação somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating e aplicações em títulos de renda fixa. **Exposição a riscos de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, conforme demonstrado abaixo:

	2015	2014
Caixa e equivalente de caixa	24.204	12.490
Títulos e valores mobiliários	291.699	320.092
Contas a receber	269.019	247.849
Outros créditos	5.093	5.741
	590.015	586.172

Os saldos de contas a receber de clientes está reduzido por provisão para créditos de liquidação duvidosa em montantes que a Administração considera suficiente para cobrir eventuais perdas. **Risco de liquidez:** A abordagem da Associação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, com vista não prejudicar a reputação da Associação. A Associação apresenta em 31 de dezembro de 2015 um saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários de curto prazo estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da

representação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Apreciamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Real e Benemérita Associação Portuguesa de Beneficência em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 17 de março de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marcos Antonio Boscolo
Contador - CRC 1SP198789/O-0

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

internacional de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas e profissionais a serem observadas na execução da auditoria executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Associação para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Associação. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade da estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da

Produtos Alimentícios Orliândia S/A
Comércio e Indústria
CNPJ nº 53.309.845/0001-20 - NIRE 35300036476
Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação

São convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária no próximo dia 26 de abril de 2016, às 15:00 horas, na sede social da Empresa, na Avenida do Café, 129 em Orliândia, SP, afim de discutir e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1-) Leitura, discussão e votação das contas da Diretoria, referentes ao exercício findo em 31/12/2015 publicados no DOESP do dia 26/02/2016 e no Jornal "A Cidade" de Ribeirão Preto, do dia 26/02/2016. 2-) destinação do lucro líquido do exercício findo. 3-) Outros assuntos de interesse da sociedade. Achar-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404/76. Orliândia, SP, 21 de março de 2016.
Eduardo Define - Diretor Presidente. (22.23.24)

HOSPITAL E MATERNIDADE
SANTO ANTONIO S.A.
CNPJ/MF 45.987.070/0001-13 - NIRE Nº 35.300.046.374
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - Convocação

Ficam os Acionistas do Hospital e Maternidade Santo Antônio S.A., convocados para a AGO em 17 de março de 2016, às 10h, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) exame, discussão e votação das demonstrações financeiras encerradas em 31/12/2015; b) destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; c) alteração da redação da cláusula 1ª do Estatuto Social para constar que notificações e intimações sejam enviadas para: Rua Tabapuã, 50 - conjunto 201 - CEP: 04533-000 - São Paulo - SP e; d) outros assuntos de interesse da sociedade. Comunicamos que se encontram à disposição dos Acionistas, na sede da Companhia, os documentos do artigo 133 da lei das S/As, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2015. Campinas, 22/03/2016. A Diretoria. (22, 23 e 24)

BANCO BANCO BMG S.A.
CNPJ/MF Nº 61.186.880/0001-74 - NIRE: 3530046248-3
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
PRIMEIRA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas do BANCO BMG S.A. ("Sociedade"), a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 31 de março de 2016, às 12 (doze) horas, na Sede Social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 9º Andar, Bairro Itaim Bibi, CEP: 04.538-A-132 em São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias: 01. Deliberar sobre aumento do capital social da Companhia, mediante aporte em espécie, com a consequente emissão de novas ações ordinárias, sem valor nominal; 02. Deliberar sobre a alteração da cláusula 5ª do Estatuto Social, para adequá-la ao aumento do capital; 03. Outros assuntos de interesse da Sociedade.

São Paulo, 16 de março de 2016.
BANCO BMG S.A. - Presidente do Conselho de Administração